



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1861189 - RS (2020/0030735-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : ODILON SIMIANO DE MACEDO
ADVOGADO : ANILDO IVO DA SILVA - RS037971

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. APOSENTADORIA. ATIVIDADE ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. CAUSA MADURA. JULGAMENTO PELO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE *REFORMATIO IN PEJUS*. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSS, com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (e-STJ fls. 634-635):

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONSECTÁRIOS. TUTELA ESPECÍFICA.

1. Somente terão direito à conversão do tempo comum em especial os segurados que até 28.04.1995 tenham implementado todos os requisitos necessários à concessão do benefício de aposentadoria especial, devendo, nesta hipótese, para fins de aferição do implemento do requisito tempo de serviço especial, ser levada em conta a efetiva conversão do tempo comum em especial.

2. Nas ações previdenciárias os honorários advocatícios devem ser fixados em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas, observando-se a Súmula 76 desta Corte: "Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, devem incidir somente sobre as parcelas vencidas até a data da sentença de procedência ou do acórdão que reforme a sentença de improcedência".

3. O Supremo Tribunal Federal reconheceu no RE 870947, com repercussão geral, a inconstitucionalidade do uso da TR. O Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1495146, em precedente também vinculante, e tendo presente a inconstitucionalidade da TR como fator de atualização monetária, distinguiu os créditos de natureza previdenciária, em relação aos quais, com base na legislação anterior, determinou a aplicação do INPC, daqueles de caráter administrativo, para os quais deverá ser utilizado o IPCA-E. Estando pendentes embargos de declaração no STF para decisão sobre eventual modulação dos efeitos da inconstitucionalidade do uso da TR, impõe-se fixar desde logo os índices substitutivos, resguardando-se, porém, a possibilidade de terem seu termo inicial definido na origem, em fase de cumprimento de sentença.

4. Os juros de mora, a contar da citação, devem incidir à taxa de 1% ao mês, até 29-06-2009. A partir de então, incidem uma única vez, até o efetivo pagamento do débito, segundo o percentual aplicado à caderneta de poupança.

5. Determina-se o cumprimento imediato do acórdão naquilo que se refere à obrigação de revisar o benefício, por se tratar de decisão de eficácia mandamental que deverá ser efetivada mediante as atividades de cumprimento da sentença *stricto sensu* previstas no art. 497 do CPC/15, sem a necessidade de um processo executivo autônomo (*sine intervallo*).

Os embargos de declaração interpostos pelo INSS foram parcialmente (e-STJ fls. 725-726).

No apelo especial, a parte recorrente alega violação do artigo 1.022 do CPC/2015, diante da negativa de prestação jurisdicional.

Quanto ao mérito sustenta ofensa aos artigos 1.008 e 1.013 do CPC/2015, ao argumento de que houve julgamento *citra petita* pois "**A colenda Turma deu provimento aos embargos de declaração da parte autora**, reconhecendo que a sentença foi *citra petita* e determinando a concessão do benefício mais vantajoso à parte, dentre as hipóteses de majoração da RMI da **Aposentadoria por Tempo de Contribuição, concedida em 26.01.2006, ou, concessão de Aposentadoria por Tempo de Serviço, de modo proporcional, com direito adquirido em 02.05.1991, a contar da DER - 26.01.2006**, respeitada a prescrição quinquenal" (e-STJ fls. 745-746, grifos no original).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 757-759).

Juízo positivo de admissibilidade às e-STJ fls. 762-763.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, não há falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, sendo possível observar que o Tribunal de origem apreciou integralmente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto à ocorrência de julgamento *citra petita*, a Corte de origem, ao julgar os embargos de declaração do INSS, decidiu a controvérsia mediante os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 728-730, grifos no original):

No tocante à alegação de *reformatio in pejus*, o acórdão assim dispôs:

No caso dos autos, a fim de um melhor entendimento vale a pena um breve relato sobre os principais pontos do processo.

Observa-se que o autor informa na inicial que teve sua Aposentadoria por Tempo de Contribuição deferida na via administrativa, em 26.01.2006, que teve um pedido de revisão, também na via administrativa, em 16.03.2012. Diante do indeferimento da Autarquia, ingressou com a presente demanda para ser convertida sua Aposentadoria por Tempo de Contribuição em Aposentadoria Especial, ou, seja concedida Aposentadoria por Tempo de Serviço, de forma proporcional, com direito adquirido em 02.05.1991, devendo ser concedido o benefício mais vantajoso.

Ao sentenciar, o juízo a quo reconheceu o direito à conversão inversa do período anterior à Lei 9032/95 e a períodos especiais, determinando a conversão da Aposentadoria por Tempo de Contribuição em Aposentadoria Especial, a contar da DER (Ev113).

Interpostos embargos de declaração (Ev119), os quais foram acolhidos em parte para retificação do tempo em atividade especial e para expressamente ser registrado que a parte autora também fazia jus à revisão da Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a fim de que se pudesse optar pelo benefício mais vantajoso (Ev130).

Não houve apelação da parte autora, apenas do INSS, insurgindo-se contra a possibilidade de conversão de tempo comum em especial após o início de vigência da Lei 9.032/95, e requerendo a incidência plena da Lei n.º 11.960/09 no que tange à forma de cálculo dos juros e da correção monetária das parcelas devidas.

Adesivamente, a parte autora requereu a majoração da verba honorária, para que seja fixada no percentual máximo de cada faixa de valor informada no § 3º do art. 85 do CPC/15, e também a condenação exclusiva do INSS ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

Na sessão de 13 de março próximo passado, os recursos foram julgados, dando-se parcial provimento ao recurso do INSS a fim de que fosse afastada a conversão inversa, com o que não se manteve o direito à Aposentadoria Especial, remanescendo tão somente o direito à revisão da Aposentadoria por Tempo de Contribuição. Ao recurso adesivo da parte, foi negado provimento. (Ev5).

Dessa análise verifica-se que efetivamente a sentença foi citra petita quando deixou de examinar o pedido para inativação proporcional, com direito adquirido em 02.05.1991, pois pretendia a parte autora na inicial a outorga do benefício mais vantajoso entre (1) a conversão da Aposentadoria por Tempo de Contribuição em Aposentadoria Especial, (2) a revisão da Aposentadoria por Tempo de Contribuição e (3) a Aposentadoria por Tempo de Serviço, de modo proporcional, em 02.05.1991.

Da causa madura

Considerando-se a superveniência do CPC/2015, que, diga-se, veio no mesmo sentido já trilhado pelo diploma anterior, pós alteração efetuada pela Lei 10.352/2001, tem-se por desnecessária a remessa dos autos à instância inferior para ser apreciada a questão de fundo, haja vista que, na hipótese vertente, o feito está pronto para julgamento.

Assim dispõe o § 3.º do art. 1.013, do CPC/2015:

Art. 1.013. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

(...) §3.º Se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando:

I- reformar sentença fundada no art. 485; (...)

No caso, o feito foi adequadamente instruído e está em condições de julgamento, sendo possível a esta Corte avançar e, desde logo, decidir o mérito da causa.

Vencida essa questão, passa-se à análise do mérito.

Quanto ao pedido do benefício de aposentadoria por tempo de serviço, deve ser esclarecido que a legislação aplicável a cada caso é aquela vigente na época em que requerida a inativação - tempus regit actum.

Assim, tendo em vista a alegação de direito adquirido em 02.05.1991, o pedido deve ser examinado à luz da Lei 89312/84 - CLPS.

O Art. 33 assim dispõe:

Art. 33. A aposentadoria por tempo de serviço é devida, após 60 (sessenta) contribuições mensais, aos 30 (trinta) anos de serviço, observado o disposto no capítulo VII:

I - quando o salário-de-benefício é igual ou inferior ao menor valor-teto, em valor igual a:

a) 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício, para o segurado;

b) 95% (noventa e cinco por cento) do salário-de-benefício, para a segurada;

II - quando o salário-de-benefício é superior ao menor valor-teto, é aplicado à parcela correspondente ao valor excedente o coeficiente da letra "b" do item II do artigo 23;

III - na hipótese do item II o valor da renda mensal do benefício é a soma das parcelas calculadas na forma dos itens I e II, não podendo ultrapassar 90% (noventa por cento) do maior valor-teto.

§ 1º A aposentadoria do segurado do sexo masculino que a requer com mais de 30 (trinta) anos de serviço tem o valor da letra "a" do item I acrescido de 3% (três por cento) do salário-de-benefício para cada novo ano completo de atividade abrangida pela previdência social urbana, até 95% (noventa e cinco por cento) desse salário aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, observado o disposto no artigo 116.

§ 2º A data do início da aposentadoria por tempo de serviço é fixada de acordo com o § 1º do artigo 32.

(...)

No caso, somados os períodos especiais judicialmente reconhecidos - 01/01/1966 a 21/02/1972, 01/03/1972 a 31/07/1972, 01/08/1972 a 03/03/1973, 19/03/1973 a 07/10/1974, 01/11/1974 a 06/03/1975, 03/12/1976 a 14/08/1980, 28/05/1982 a 25/07/1988 e 01/11/1988 a 02/05/1991 aos períodos urbanos já averbados na via administrativa - Ev1, PA7, pp. 14-6 (limitado a 02.05.1991), a parte autora conta 32 anos, 7 meses e 18 dias e tendo cumprido a carência de 60 meses, faz jus à aposentadoria proporcional por tempo de serviço, nos termos do artigo 33, da Lei nº 89.312/84, correspondente a 86% (oitenta e seis por cento) do salário-de-benefício, com direito adquirido em 02.05.1991 (data do desligamento do emprego), a contar da DER em 21.06.2006, observada a prescrição quinquenal. (...)

Desse modo, dou parcial provimento aos embargos de declaração, atribuindo-lhes efeitos infringentes, para determinar seja concedido o benefício mais vantajoso à parte autora, ora embargante, dentre as hipóteses de majoração da RMI da Aposentadoria por Tempo de Contribuição, concedida em 26.01.2006, ou, concessão de Aposentadoria por Tempo de Serviço, de modo proporcional, nos termos da fundamentação retro, com direito adquirido em 02.05.1991, a contar da DER - 26.01.2006, respeitada a prescrição quinquenal.

Pela fundamentação invocada no voto condutor do acórdão embargado, não se verifica a ocorrência das hipóteses ensejadoras do recurso em apelo. Como a decisão está devidamente fundamentada, com a apreciação dos pontos relevantes e controvertidos da demanda, não se vislumbra omissão. Também não apresenta contradições, já que a conclusão se coadunou com a fundamentação. Tampouco há "inexatidões materiais" já que a decisão contemplou a questão de fato posta e a exteriorizou adequadamente. Por fim, igualmente não se vê obscuridade já que a decisão foi clara em relação aos pontos controvertidos.

Nesse contexto, cotejando-se os argumentos lançados nas razões recursais, verifica-se que a parte recorrente deixou de impugnar os fundamentos do acórdão recorrido, limitando-se a reafirmar as mesmas razões, trazidas nos referidos embargos de declaração, de ocorrência de *reformatio in pejus*, o que caracteriza deficiência na argumentação do recurso especial e atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal, a qual dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PRETENSÃO DE ANÁLISE DE QUESTÃO OMITIDA NA DECISÃO RECORRIDA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. FUNGIBILIDADE RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - É incabível a interposição de agravo interno para análise de eventual omissão da decisão agravada, sendo os embargos de declaração a via adequada para tal objetivo.

III - A aplicação do princípio da fungibilidade depende do preenchimento dos seguintes requisitos: i) dúvida objetiva quanto ao recurso a ser interposto; ii) inexistência de erro grosseiro; e iii) que o recurso interposto erroneamente tenha sido apresentado no prazo daquele que seria o correto. In casu, nenhum dos requisitos restou cumprido.

IV - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n.

283 do Supremo Tribunal Federal.

V - Agravo Interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido. (AgInt no REsp 1.760.693/CE, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 3/4/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. MULTA COMINATÓRIA. REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. PREJUÍZO.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem aprecia a controvérsia de forma fundamentada, ainda que contrária aos interesses da parte, como constatado na hipótese.

3. Incide a Súmula 283 do STF, em aplicação analógica, quando não impugnado fundamento autônomo e suficiente à manutenção do aresto recorrido.

4. Acolher o argumento tecido nas razões recursais para a manutenção do valor da multa cominatória fixada na origem, de que o agravado descumpriu de modo deliberado a ordem judicial, demanda inevitável revolver de aspectos fático-probatórios dos autos, providência sabidamente inviável no âmbito do apelo nobre, em face da Súmula 7 do STJ.

5. O emprego de verbete sumular quando do exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional prejudica a análise da divergência jurisprudencial suscitada (AgRg no AREsp 278.133/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 24/09/2014).

6. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 909.861/SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 17/5/2018.)

Ante o exposto, **conheço em parte** do recurso especial e, nessa extensão, **nego-lhe** provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 03 de abril de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator